EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS EM PORTUGAL E SUA RELAÇÃO COM A TROIKA

EVOLUTION OF SOCIAL BENEFITS IN PORTUGAL AND ITS
RELATIONSHIP WITH THE TROIKA

EVOLUCIÓN DE LOS BENEFICIOS SOCIALES EN PORTUGAL Y SU
RELACIÓN CON LA TROIKA

Maria Isabel Henriques (m.isabel.henriques@seg-social.pt)*

Ascensão Braga (sbraga@ipg.pt)**

RESUMO

A crise financeira em Portugal, no período 2010-2013 e a política de austeridade imposta pela *Troika* deram origem a reformas estruturais, ao crescimento do desemprego e à redução de salários, com consequências em termos de aumento de pobreza pela destruição de alguns estabilizadores económicos. É objetivo deste trabalho analisar se as medidas de austeridade conduzem ao aumento no número de beneficiários das prestações sociais: Abono de Família; Rendimento Social de Inserção e Desemprego, nos Centros Distritais constituintes do grupo D, definido pelo Instituto de Segurança Social ISS, IP. Da análise efetuada verificou-se que as regras impostas pela *Troika* se fizeram sentir nas prestações sociais e encontram-se aliadas ao envelhecimento da população, à baixa taxa de natalidade e ao aumento da emigração de pessoas jovens. O desemprego, sobretudo após a saída da *Troika* (em 2016), registou uma redução significativa do número de beneficiários, com a consequente redução da taxa de desemprego.

Palavras Chave: troika, rendimento social de inserção, abono de família, desemprego.

ABSTRACT

The financial crisis in Portugal in the period 2010-2013 and the austerity policy imposed by the Troika led to structural reforms, rising unemployment and lower wages, with consequences in terms of increasing poverty through the destruction of some economic stabilizers. The objective of this study is to analyze whether austerity measures led to an increase in the number of beneficiaries of social benefits, namely: Family Allowance and Unemployment Benefits, in group D District Centres, as defined by the Institute of Social Security ISS, IP. It was found that the rules imposed by the Troika had an impact on benefits and the most affected was Family Allowance, coupled with the ageing population, low birth rate and the increase in emigration of young people. Unemployment, especially after the exit of the Troika, registered a significant reduction in the number of beneficiaries of this service in 2016, with the consequent reduction of the unemployment rate.

Keywords: troika, unemployment benefit, family allowance.

RESUMEN

La crisis financiera en Portugal, en el período 2010-2013 y las políticas de austeridad impuestas por la Troika, originaron reformas estructurales, el aumento del desempleo y la reducción de los salarios, con consecuencias en términos de aumento de la pobreza para la destrucción de algunos estabilizadores económicos. El objetivo de este trabajo es analizar si las medidas de austeridad conducen a aumentos en el número de beneficiarios de las prestaciones sociales: Abono de Familia; Rendimiento Social de Inserción y Desempleo, en los Centros Distritales constituyentes del grupo D, definido por el Instituto de Seguridad Social ISS, IP. Se comprobó que las reglas impuestas por la Troika se hicieron sentir y que las prestaciones más afectadas fueron el Abono de Familia, aliado al envejecimiento de la población, a la baja tasa de natalidad y al aumento de la emigración de personas jóvenes. El desempleo, sobre todo después la salida de la Troika, registró una reducción significativa del número de beneficiarios en 2016, lo que implicó también una reducción de la tasa de desempleo.

Palabras clave: troika, rendimiento social de inserción, abono de familia, desempleo.

*Mestre em Gestão, ramo Administração Pública; Diretora do Núcleo Administrativo e Financeiro do Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital da Guarda.

**Doutora em Gestão, pela Universidade de Évora; Professora Adjunta na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda.

Submitted: 06th September 2018

Accepted: 6th July 2019

INTRODUÇÃO

As características do Estado-providência em Portugal, tal como ele se configura atualmente, são o resultado da influência de fatores que atuaram em três etapas e marcaram o seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, a criação da Previdência Social em 1935 e as várias reformas e ajustamentos que ocorreram ao longo do período do Estado Novo e que originaram a cobertura de riscos sociais clássicos (substituição de rendimento em caso de velhice, invalidez e sobrevivência) numa lógica de seguro social e de solidariedade interprofissional, de base corporativa de garantia de benefícios sociais associados ao mundo do trabalho. Uma segunda etapa ocorreu após a Revolução de 25 de abril de 1974, em que a restauração do regime democrático se traduziu na consolidação dos direitos de cidadania, consagrando direitos civis e políticos, alargando e aprofundando os direitos sociais, originando o carácter universal de alguns deles, de onde resultou um aumento das despesas sociais públicas, obrigando a um reforço da solidariedade fiscal para a sua realização. Esta etapa deixou, no entanto, algumas clareiras na plena realização dos direitos sociais que têm vindo a ser colmatadas na terceira etapa do seu desenvolvimento, iniciada em janeiro de 1986 com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia e hoje denominada de União Europeia (CEE/UE). Esta terceira etapa traduziu-se numa europeização do Estado-providência português (Pereirinha e Nunes, 2006), consistindo numa alteração do contexto (de nacional a supranacional) em que a política social passou a ser feita, do conteúdo da intervenção política (em termos do significado científico e político dessa intervenção) e da orientação dessa política, ou seja, em termos das grandes opções e objetivos de política, dos instrumentos e formas de intervenção e de coordenação dessas políticas.

Foi durante a primeira década do século XXI, que o mundo se deparou com uma crise financeira, com epicentro nos Estados Unidos da América, que afetou a economia europeia, em especial a zona Euro, e com fortes impactos em Portugal.

A crise financeira, em Portugal, no período 2010-2013, provocou um aumento da desigualdade com cortes nos serviços básicos, aumento de impostos, redução dos salários públicos, escassez de crédito e aumento da dívida soberana. A dificuldade do Governo português em recorrer aos mercados para financiar as suas atividades obrigou o Governo a pedir a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Comissão Europeia (CE) e do Banco Central Europeu (BCE), que ocorreu entre maio de 2011 e maio de 2014. Como contrapartida, houve o compromisso de seguir um plano de austeridade “forte” com reformas estruturais, crescimento do desemprego e redução de salários, tendo como objetivo principal reduzir a dívida pública, “corrigir os desequilíbrios externos e internos e a aumentar o potencial de crescimento e de emprego” (Governo de Portugal, 2011).

Como resultado destas medidas transversais a diversos setores, as condições de vida dos portugueses, já das piores da União Europeia, foram agravadas com consequências em termos de aumento da pobreza. “A destruição de estabilizadores económicos, tais como o subsídio de Desemprego, o Rendimento Social de Inserção ou o Abono de Família, destinados à manutenção de um poder de compra mínimo, teve por consequência o fecho de milhares de pequenas empresas e a destruição de postos de trabalho (De Romanet, 2012). Segundo Fernandes (2016) as consequências tiveram reflexos em diversos indicadores da qualidade de vida da população portuguesa, como sejam: o forte aumento da taxa de desemprego, o aumento da pobreza, a diminuição da qualidade dos serviços públicos e uma vasta reorganização da Administração Pública.

Considerando que as alterações estruturais originaram uma “onda de cortes sem precedentes” na proteção social: reformas, redução e condicionamento de benefícios sociais (Zartaloudis,

2014) e que todos os portugueses, uns mais do que outros, sofreram com a política da austeridade, definiu-se como proposta de trabalho testar a hipótese: as políticas de austeridade conduzem a um aumento no número de beneficiários das prestações sociais. Para isso consideraram-se três períodos de tempo: antes, durante e após *Troika*. Acreditamos que os resultados das medidas de austeridade não podem ser analisados de forma estática e que os seus verdadeiros efeitos se farão sentir não só no curto prazo, mas também a longo prazo.

Assim, após a introdução, iremos apresentar um breve enquadramento teórico e resenha histórica da Segurança Social e do Instituto de Segurança Social, I.P., ao que se seguirá a análise da evolução das prestações de Abono de Família, Rendimento Social de Inserção e Desemprego, no período de 2010 a 2016 (antes, durante e pós *Troika*), em alguns Centros Distritais, nomeadamente Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real. Por fim apresenta-se uma breve conclusão.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO ¹

Desde a fundação da nacionalidade, que se registaram esforços de monarcas e ordens religiosas para corresponder ao dever moral de proteção das situações de necessidade nos planos individual e familiar. Em 1498, foi fundada, pela Rainha D. Leonor, a primeira Irmandade da Misericórdia. Outras se seguiram por todo o país, tornando-se o grande pilar da assistência privada nos domínios da saúde e da ação social. A Casa Pia de Lisboa, fundada em finais do século XVIII, foi o primeiro sinal de instauração da assistência pública.

Com a República, surgiram cinco diplomas legislativos publicados em 10 de maio de 1919 que deram corpo à primeira tentativa de instituição de um sistema de seguros sociais obrigatórios, mas que por falta de condições políticas, não viriam a ser aplicados.

Através da Lei n.º 1884, de 16 de março de 1935 e com diversos diplomas posteriores de regulamentação, lançou-se a estrutura para a criação de um sistema de seguros sociais obrigatórios, semelhante ao modelo em vigor em vários países da Europa. Desde então, vários passos foram dados para definir o percurso do Sistema de Segurança Social do pós 25 de abril, assente num direito universal. O direito à Segurança Social, estabelecido no art.º 63.º da Constituição da República Portuguesa, é concretizado através do sistema de Segurança Social consubstanciado nas sucessivas leis de bases que o foram ajustando à evolução social e económica nacional e internacional e da estrutura orgânico-funcional responsável pela sua implementação. Várias alterações e ajustamentos ao longo das décadas foram dando corpo ao sistema, refletindo as opções políticas e sociais dos sucessivos Governos.

Assim, em 1984, foi aprovada a primeira Lei de Bases da Segurança Social, através da Lei n.º 28/84, de 14 de agosto, que estabelecia os seguintes objetivos:

- Garantia da proteção dos trabalhadores e das suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego e de morte;
- Compensação dos encargos familiares;
- Proteção das pessoas em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência.

Após a publicação desta lei foram regulamentadas e reformuladas várias medidas, nomeadamente a criação do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego

---

¹Baseado em informação disponível em www.seg-social.pt

(Decreto-Lei (DL) n.º 20/85, de 17 de janeiro); a proteção na doença (DL n.º 132/88, de 20 de abril); a proteção global da maternidade e paternidade e a valorização da família no âmbito dos regimes da Segurança Social (DL n.º 154/88, de 29 de abril), regime da pensão unificada para trabalhadores abrangidos pelo sistema de Segurança Social e pelo sistema de proteção social da função pública (DL n.º 143/88, de 22 de abril); e o subsídio por assistência de terceira pessoa a deficientes titulares de outras prestações (DL n.º 29/89, de 23 de janeiro).

Na área da ação social, são disciplinadas as atividades de apoio ocupacional aos deficientes graves (DL n.º 18/89, de 11 de fevereiro) e o regime de proteção social das ajudantes familiares (DL n.º 141/89, de 28 de abril). O regime do licenciamento, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos com fins lucrativos que exercem atividades de apoio social é novamente objeto de regulamentação (DL n.º 30/89, de 24 de janeiro). São posteriormente aprovadas as normas reguladoras dos centros de atividades de tempos livres e das creches, através dos Despachos Normativos n.º 96/89 e n.º 99/89, de 11 de setembro.

A Lei de Bases estabelece que o regime geral é financiado pelo orçamento da Segurança Social (pelas contribuições dos trabalhadores e das entidades patronais) e o regime não contributivo e a ação social são financiados por transferências do Estado.

Em 1986 entrou em vigor a taxa social única, sendo fixadas as taxas de contribuições a pagar pelos trabalhadores e entidades patronais em 11% e 24%, respetivamente, das remunerações por trabalho prestado, sendo a percentagem de 0,50% destinada ao financiamento da proteção na eventualidade de doença profissional (DL n.º 140-D, de 14 de junho).

Em 1993 surgiram 4 diplomas estruturantes, publicados no dia 25 de setembro, com grande incidência na definição dos pilares do sistema de Segurança Social, são eles:

- DL n.º 326/93, que reintroduz o sistema de desagregação da taxa contributiva global por eventualidade, determinando o valor da taxa atribuível a cada eventualidade;
- DL n.º 327/93, que assegura a efetivação do direito à Segurança Social dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas e entidades equiparadas, passando a abranger os administradores e sócios gerentes de empresas;
- DL n.º 328/93, que reformula o regime de Segurança Social dos trabalhadores independentes, que passam a usufruir da cobertura da Segurança Social, em igualdade de circunstâncias com os trabalhadores por conta de outrem;
- DL n.º 329/93, que distingue a componente de seguro da componente de solidariedade com base no financiamento pelo orçamento do Estado.

No campo da invalidez e velhice foram várias as medidas adotadas em matéria de pensões, desde a instituição do 14.º mês de pensão para os pensionistas dos regimes de Segurança Social, em julho de cada ano (Portaria n.º 470/90, de 23 de junho), ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do quadro legislativo em vigor para a acumulação de pensões (DL n.º 141/91, de 10 de abril). Através do DL n.º 261/91, de 25 de julho foi instituído o regime jurídico da pré-reforma.

Também o regime jurídico das pensões de invalidez e velhice foi objeto de uma ampla reforma, consagrando o princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, uniformizando a idade de acesso à pensão de velhice aos 65 anos. E foi reformulada a fórmula de cálculo das pensões (DL n.º 329/93, de 25 de setembro).

Com o DL n.º 236/92, de 27 de outubro, iniciou-se, nos Centros Regionais de Segurança Social, o sistema de verificação de incapacidades temporárias para o trabalho (SVIT) dos beneficiários dos regimes de Segurança Social.

Em matéria de ação social, o acolhimento familiar surgiu como uma nova resposta social que integra, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, a partir da idade adulta (DL n.º 391/91, de 10 de outubro).

No âmbito do regime não contributivo, destaca-se a criação do Rendimento Mínimo Garantido, através da Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho, procurando com esta prestação garantir aos indivíduos e seus agregados familiares os recursos necessários à satisfação das suas necessidades básicas e a progressiva integração social e profissional.

Também no âmbito das prestações familiares foi criada uma nova prestação (DL n.º 133-B/97, de 30 de maio), designada por subsídio familiar a crianças e jovens, que substitui as prestações de Abono de Família e subsídios de aleitação e de nascimento, passando os respetivos montantes a ser definidos em função dos rendimentos familiares.

A proteção na maternidade, paternidade e adoção foi também objeto de sucessivas alterações legislativas neste período, em parte devido à necessidade da aplicação dos normativos comunitários (DL n.º 333/95, de 23 de dezembro e DL n.º 347/98, de 9 de novembro).

Surgiram também alterações no regime jurídico da adoção, através da Lei n.º 2/93, de 6 de janeiro, bem como nos serviços da ação social, introduzidas pela Lei n.º 9/98, de 18 de fevereiro e pelo DL n.º 120/98, de 8 de maio e, em 1998 foi criada a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (DL n.º 98/98, de 18 de abril).

O licenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos de apoio social para crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como os destinados à prevenção e reparação de situações de carência, de disfunção e de marginalização social são objeto de nova legislação (DL n.º 133-A/97, de 30 de maio). Nesta sequência, são aprovadas as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento dos lares de idosos (Despacho Normativo n.º 12/98, de 13 de janeiro) e do serviço de apoio domiciliário (Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de novembro).

No âmbito da prestação de desemprego foi aumentada a duração da concessão das prestações de desemprego, surgindo uma nova medida de subsídio de desemprego parcial (DL n.º 119/99, de 14 de abril e DL n.º 186-B/99, de 30 de maio).

Através do DL n.º 115/98, de 4 de maio, foi criado o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. No que concerne às contribuições para a Segurança Social, foram definidos os princípios gerais a que deve obedecer a fixação das taxas contributivas do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem e a adequação dessas taxas a situações específicas (DL n.º 199/99, de 8 de junho).

A Lei n.º 17/2000, de 8 de agosto aprovou a segunda Lei de Bases do Sistema de Solidariedade e Segurança Social, renovando o direito à Segurança Social de todas as pessoas através do sistema de solidariedade e Segurança Social, prossequindo a melhoria das condições e dos níveis de proteção social e do reforço da equidade, da eficácia do sistema, da eficiência da sua gestão e a sustentabilidade financeira. Este sistema passa a dividir-se em três subsistemas: Proteção social de cidadania; Proteção à família e Previdencial.

Apesar de a Lei n.º 32/2002, de 20 de dezembro, ter revogado a Lei n.º 17/2000, de 8 de agosto, o sistema passa a denominar-se novamente de Sistema da Segurança Social, com alterações nas designações e definindo o sistema do seguinte modo:

- Sistema público de Segurança Social que integra o subsistema previdencial, o subsistema de solidariedade e o subsistema de proteção familiar;
- Sistema de ação social;
- Sistema complementar.

Com a Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro, foram aprovadas as bases gerais do sistema de Segurança Social atualmente em vigor, sendo novamente reorganizado o sistema de Segurança Social que volta a ser composto pelos 3 sistemas da segunda lei de bases.

A partir do ano 2000, diversas medidas foram aprovadas, na sequência da regulamentação das sucessivas leis de bases:

- Prestações familiares, sendo criado um novo escalão para beneficiar as famílias cujos rendimentos se situam entre uma remuneração e meia e quatro remunerações mínimas mensais (DL n.º 250/2001, de 21 de setembro);
- Rendimento Social de Inserção, em substituição do rendimento mínimo garantido (Lei n.º 13/2003, de 21 de maio);
- Programa de Emprego e Proteção Social aprovado pelo DL n.º 84/2003, de 24 de abril. Em 2006, foi estabelecido um novo quadro legal de reparação da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, com particular enfoque nas medidas ativas para o retorno ao mercado de trabalho;
- Revisão do regime jurídico de proteção social na eventualidade doença (DL n.º 28/2004, de 4 de fevereiro e DL n.º 146/2005, de 26 de agosto);
- Medidas de incentivo à natalidade e de apoio às famílias com maior número de filhos. (DL n.º 308-A/2007, de 5 de setembro);
- Possibilidade da licença por maternidade e por paternidade (DL n.º 77/2005, de 13 de abril,) bem como, foram instituídos subsídios sociais na maternidade, paternidade. (DL n.º 105/2008, de 25 de junho; DL n.º 91/2009, de 9 de abril);
- Apoio e proteção à invalidez e à velhice com vários diplomas legais: DL n.º 92/2000, de 19 de maio; DL n.º 327/2000, de 22 de dezembro; a Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto; a Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2002, de 22 de março; DL n.º 101/2006, de 6 de junho). Despacho Normativo n.º 34/2007, de 19 de setembro; DL n.º 208/2001, de 27 de julho); (DL n.º 232/2005, de 29 de dezembro);
- Reforço da proteção às vítimas de violência doméstica, o DL n.º 323/2000, de 19 de dezembro, estabelece o quadro geral da Rede Pública de Casas de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência, o Decreto Regulamentar n.º 1/2006, de 25 de janeiro;
- Lei de proteção de crianças e jovens em perigo é regulamentada pelo DL n.º 332-B/2000, de 30 de dezembro. No seguimento desta regulamentação, foi estabelecido o regime de execução do acolhimento familiar (DL n.º 11/2008, de 17 de janeiro) e de outras medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo a executar em meio natural de vida (DL n.º 12/2008, de 17 de janeiro);
- Apoio à deficiência, foi regulamentado o exercício das atividades socialmente úteis, (Portaria n.º 432/2006, de 3 de maio); Despacho Normativo n.º 28/2006, de 3 de maio;
- Criação do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (Portaria n.º 426/2006, de 2 de maio) e do Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (Portaria n.º 869/2006, de 29 de agosto);
- Prestação Social para a Inclusão, DL n.º 126-A/2017, de 06 de outubro, sendo uma prestação constituída por três componentes: a componente base, o complemento e a majoração. A componente base destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da situação de deficiência, tendo em vista promover a autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência. O complemento tem como objetivo combater a pobreza das pessoas com deficiência. Por sua vez, a majoração visa compensar encargos específicos resultantes da situação de deficiência.

2. INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P.²

De acordo com o artigo 1.º do DL n.º 83/2012, de 30 de março, o Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) é um instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio prosseguindo as atribuições do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, sob a superintendência e tutela do respetivo ministro.

O ISS I.P. tem sede em Lisboa e para o desenvolvimento da sua atividade conta com os Serviços Centrais, o Centro Nacional de Pensões e dezoito Centros Distritais (Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu), que possuem uma rede de Serviços de Atendimento.

Os Serviços Centrais são um serviço do ISS, I.P. que apoiam o Conselho Diretivo e os restantes serviços; o Centro Nacional de Pensões (CNP) é responsável pela gestão das prestações diferidas do sistema de Segurança Social e de outras que com elas se relacionem ou sejam determinadas pelo mesmo facto e os Centros Distritais são serviços responsáveis, ao nível de cada um dos distritos, pela execução das medidas necessárias ao desenvolvimento e gestão das prestações, das contribuições e da ação social. Estes refletem realidades distritais diversas, quer em dimensão, quer em complexidade, o que necessariamente se traduz numa estrutura orgânica diferenciada de acordo com a Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio.

De entre as diversas prestações no âmbito da Gestão do ISS, I.P. destacam-se o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Desemprego e o Abono de Família e que serão objeto de análise mais à frente neste trabalho.

O Rendimento Social de Inserção surgiu em substituição do rendimento mínimo garantido (Lei n.º 13/2003, de 21 de maio). No seguimento das alterações a esta lei, o (...) o Rendimento Social de Inserção consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e um programa de inserção social por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária (Lei 45/2005, de 29 de agosto, art.º 1). Este regime pretende reforçar a natureza social da prestação e promover efetivamente a inclusão dos mais carenciados, privilegiando a inserção e introduzindo um maior rigor na atribuição, processamento e gestão da própria medida, conferindo assim uma eficácia social acrescida com claros benefícios para as pessoas e para o Estado (DL n.º 283/2003, de 8 de novembro e DL n.º 42/2006, de 23 de fevereiro).

Quanto ao Desemprego, a desaceleração económica que conduziu a um significativo aumento no desemprego esteve na origem do Programa de Emprego e Proteção Social aprovado pelo

---

² Baseado em informação disponível em www.seg-social.pt

DL n.º 84/2003, de 24 de abril, que estabelece medidas de proteção social de natureza temporária para minimizar os efeitos decorrentes deste contexto, designadamente:

- Redução do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego;
- Majoração do montante do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego;

- Acesso à pensão de velhice de desempregados com idade igual ou superior a 58 anos (DL n.º 168/2003, de 29 de julho).

Em 2006, foi estabelecido um novo quadro legal de reparação da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, em particular nas medidas ativas para o retorno ao mercado de trabalho. Foram introduzidas regras no sentido de alargar o prazo de suspensão das prestações de desemprego por exercício de atividade profissional e valorizam-se, na determinação do período de concessão, as carreiras contributivas mais longas. Foram alteradas as regras de acesso à pensão antecipada após desemprego, procurando incentivar a permanência dos trabalhadores na vida ativa, em sintonia com a evolução da esperança média de vida (DL n.º 220/2006, de 3 de novembro).

O Abono de Família está inserido nas Prestações Familiares e tem como objetivo compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e à educação das crianças e jovens. Nesta prestação foi-se aperfeiçoando a técnica da diferenciação positiva em função dos rendimentos das famílias e a componente redistributiva na atribuição das prestações, mediante um ajustamento no critério da fixação dos escalões de rendimentos. Em 2001 foi criado um novo escalão para beneficiar as famílias cujos rendimentos se situam entre uma remuneração e meia e quatro remunerações mínimas mensais (DL n.º 250/2001, de 21 de setembro).

Atendendo às tendências demográficas com o decréscimo da taxa de natalidade e o envelhecimento da população, foram estabelecidas medidas de incentivo à natalidade e de apoio às famílias com maior número de filhos. Passou a ser reconhecido à mulher grávida o direito ao Abono de Família durante o período pré-natal, uma vez atingida a 13.ª semana de gestação. No sentido de discriminar positivamente as famílias mais numerosas, foi reforçada a majoração do Abono de Família para crianças e jovens, garantindo o prolongamento da proteção reforçada, que já é concedida a todas as crianças no 1.º ano de vida, para incluir os 2.º e 3.º ano de vida. Foi duplicado o valor do abono de família, durante este período de vida das crianças, em caso de nascimento do segundo filho e triplicado para o terceiro filho e seguintes (DL n.º 308-A/2007, de 5 de setembro).

3. EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS NO PERÍODO 2010-2016

Na sequência da crise financeira no período 2010-2013 e da intervenção do FMI e do BCE, Portugal assistiu a reformas estruturais, ao crescimento do desemprego, à redução de salários e a novas regras de atribuição e manutenção das prestações sociais, tendo como consequência o aumento de pobreza nos portugueses pela destruição de alguns estabilizadores económicos.

Neste sentido, definiu-se como proposta de trabalho testar a seguinte hipótese: as políticas de austeridade conduzem a um aumento no número de beneficiários das prestações sociais?

Para testar esta hipótese começou-se por identificar os Centros Distritais e caracterizá-los em termos de evolução dos seus efetivos populacionais, entre os anos 2010 e 2016. Optou-se por estudar estes anos para considerar três períodos, antes, durante e depois da vinda da *Troika*. De seguida, analisou-se o comportamento das prestações sociais face às políticas de austeridade nomeadamente o número de requerentes a Abono de família, o número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção (RSI) e o número de beneficiários com prestações de Desemprego.

Como foi referido anteriormente, o ISS, I.P. é composto dezoito Centros Distritais e no sentido de harmonizar as diversas realidades bem como a estrutura dos serviços, foram criados quatro grupos de Centros Distritais, definidos em função do número de beneficiários abrangidos, como se visualiza no Quadro 1.

Quadro 1: Disposição dos Centros Distritais por grupo

Beneficiários Ativos	Centro Distrital	Grupo
≥ 800.000 Beneficiários Ativos	Lisboa, Porto	A
300.000 ≤ Beneficiários Ativos < 800.000	Aveiro, Braga e Coimbra	B
100.000 ≤ Beneficiários Ativos < 300.000	Faro, Leiria, Santarém, Setúbal e Viseu	C
< 100.000 Beneficiários Ativos	Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real	D

Fonte: Elaboração própria

O grupo A é o grupo mais pequeno em termos de número de Centros Distritais, mas é o maior se se considerar o número de beneficiários ativos. Por seu lado, o grupo D é o maior grupo em termos de número de Centros Distritais, (oito) no entanto é o que apresenta menor número de beneficiários ativos (<100.000).

Por razões de proximidade geográfica e de atividade profissional, conjugadas com a impossibilidade de estudar os quatro grupos, optou-se por estudar apenas o grupo D, uma vez que contém os Centros Distritais de dimensão idêntica ao Centro Distrital ao qual estamos afeitos. Neste sentido, só irão ser estudados os Centros Distritais de Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real.

Uma análise à evolução da população nos oito Centros Distritais, permite constatar que no período compreendido entre 2012 e 2016 Viana do Castelo e Vila Real são os Centros Distritais mais populosos e Portalegre e Bragança os que têm menos efetivos populacionais. No ano de 2011, Castelo Branco ocupa o 2º lugar em termos de efetivos populacionais, logo a seguir a Viana do Castelo (Gráfico 1). Entre o ano 2011 e o ano de 2016, salta à vista uma redução generalizada da população em todos os Centros Distritais, sendo esta redução menos observável no distrito de Viana do Castelo, (redução de 4,5%) e mais acentuada no distrito de Castelo Branco (redução de 18,9%) (Tabela 1). Em 2011, à data dos Censos, os três distritos com mais efetivos populacionais eram Viana do Castelo, Castelo Branco e Vila Real mas, passados cinco anos, Viana do Castelo cede o lugar a Castelo Branco, que em cinco anos perdeu mais de 45.000 efetivos populacionais, como consequência das baixas taxas de natalidade, população muito envelhecida e da nova "onda" de emigração em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Gráfico 1-Efetivos Populacionais entre 2011 e 2016

Fonte: INE (ano 2011- Censos; anos 2013-2016 estimativas do INE)

Tabela 1-Taxa de Crescimento da População entre 2011 e 2016

População	Taxa de Crescimento (%)
Beja	-5,8
Bragança	-7,2
Castelo Branco	-18,9
Évora	-6,3
Guarda	-7,7
Portalegre	-8,4
Viana Castelo	-4,5
Vila Real	-5,9

Fonte: INE (ano 2011- Censos; anos 2013-2016 estimativas do INE)

Uma análise mais pormenorizada permite constatar que o índice de Envelhecimento entre 2011 e 2016 tem vindo a crescer, o que é sinónimo de envelhecimento demográfico (Gráfico 2). Esta situação acontece não apenas nos Centros Distritais em análise mas também na grande maioria dos concelhos do país “O índice de envelhecimento aumentou, entre 2011 e 2016, em 95% dos municípios portugueses e apenas 15 dos 308 concelhos do país registaram um decréscimo, revelam dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)...” (in Jornal Público de 9/10/2017). Nos distritos em estudo, em 2011 existiam quatro que apresentavam mais de 200 idosos por cada 100 jovens, situação que se agravou em 2016 em que sete dos oito distritos verificam essa situação. No caso particular de Bragança existem, em média, três idosos para cada jovem. E segundo as projeções do INE até 2080, o envelhecimento da população portuguesa só vai estabilizar em 2049.

Gráfico 2-Índice de Envelhecimento da População (2011;2016)

Fonte: INE (ano 2011- Censos; ano 2016 estimativas do INE)

Como anteriormente referido, o Abono de Família foi criado para compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Numa análise à evolução do número de requerentes de Abono de Família no período em estudo, é notória uma tendência decrescente entre o ano de 2010 e o ano de 2016 (Guarda 37%, Viana do Castelo 35%; Castelo Branco e Vila Real 32%; Beja, Bragança e Évora 29%; Portalegre 26%). No entanto, esta redução foi mais abrupta de 2010 para 2011, como se pode ver no Gráfico 3 e em todos os centros distritais em análise, correspondendo a 24% no Centro Distrital de Beja, 26% em Évora; 23% em Castelo Branco e Guarda, 22% em Portalegre; 21% em Viana do Castelo; 18% em Bragança e 17% em Vila Real.

Gráfico 3-N.º de requerentes a Abono de Família, por Centros Distritais e por ano de processamento entre 2010 e 2016

Fonte: www.seg-social.pt (contas da Segurança Social, anos de 2010 a 2016)

Estas reduções acontecem não só como resultado dos decréscimos das taxas de natalidade, mas também como resultado das novas regras consideradas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), apresentado pelo Governo em 16 março de 2010, e que ficou conhecido como PEC I. Este teve impacto na atribuição e manutenção das prestações sociais, nomeadamente através da obrigatoriedade da aplicação da condição de recursos na atribuição de prestações sociais não contributivas, do congelamento do valor nominal da generalidade

das prestações não contributivas e a diminuição da despesa com prestações sociais do regime não contributivo da Segurança Social. Segundo o Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques³, pretende-se, com esta nova regra, mais rigor na atribuição das prestações.

A 13 de maio de 2010 o Governo anuncia um novo conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC 2) (Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho).

A 29 de setembro de 2010 é anunciado mais um pacote de austeridade, o PEC 3, contendo medidas a incluir no Orçamento de 2011, suportadas pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, prevendo um conjunto de medidas de consolidação orçamental adicionais com impacto nas prestações sociais, nomeadamente o congelamento das pensões, a redução em 20% nas despesas com o Rendimento Social de Inserção, a eliminação do aumento extraordinário de 25%, do Abono de Família, nos 1.º e 2.º escalões e a eliminação dos 4.º e 5.º escalões desta prestação (Caldas, 2013).

Depois da saída da *Troika*, a descida do número de requerentes a Abono de Família continua em todos os Centros Distritais, com exceção de Beja e Évora. A descida deste número foi mais visível em Viana do Castelo e Vila Real e que são os que contam com mais efetivos populacionais.

Outra das prestações sociais em análise é o Rendimento Social de Inserção (RSI). Trata-se de uma política social que visa apoiar os indivíduos de nível socioeconómico baixo, promovendo a inclusão dos mais carenciados. É um apoio que se destina à proteção de pessoas que estejam numa situação de pobreza extrema e que pode ser traduzido numa prestação em dinheiro ou num programa de inserção através de um contrato para permitir uma progressiva integração social, laboral e comunitária.

No gráfico 4 pode-se observar a evolução do número de famílias com processamento de RSI, entre os anos de 2010 e 2016. Nesse período verificou-se uma redução do número de famílias com processamento de RSI de cerca de 74.000, passando de 206.700 em 2010, para 132.698 famílias, em 2016. Esta redução é o resultado das mudanças nas regras de atribuição das prestações sociais, para dar resposta às exigências do programa de ajustamento da *Troika*, e que se traduz em mais limitações no acesso e em novas formas de cálculo dos rendimentos, bem como um controlo mais apertado. Estas mudanças serviram também para excluir alguns beneficiários que não precisavam nem mereciam receber este rendimento pois tinham milhões de euros no banco.

---

³ Em conferência de imprensa em 1 de agosto.

Gráfico 4-Nº de Famílias com processamento de RSI por Centros Distritais e por ano de processamento entre 2010 e 2016

Fonte: www.seg-social.pt (contas da Segurança Social, anos de 2010 a 2016)

A redução é visível em todos os Centros Distritais, sendo mais acentuada de 2010 para 2011. Assim, Viana do Castelo foi o Centro Distrital onde se verificou maior redução dos beneficiários com esta prestação social, mas a partir de 2011 o decréscimo foi menos acentuado e estagnou em 2015 e 2016 (ligeira subida ou descida), o mesmo acontecendo em Portalegre. Em Beja, o número de famílias com RSI decresceu até 2014, cresceu ligeiramente em 2015 e assistiu a um ligeiro decréscimo em 2016. Bragança assistiu a um decréscimo no número de famílias beneficiadas com RSI até 2014 e a partir daí assistiu a um aumento. Em Évora verificou-se uma redução do número de beneficiários ao longo dos anos em estudo, com exceção do ano de 2014 onde houve um ligeiro aumento. A Guarda não teve um comportamento constante, assim, assistiu à diminuição do número de beneficiários com RSI de 2010 para 2011, a um aumento em 2012, seguindo-se um decréscimo entre 2013 e 2015, voltando a subir em 2016. Castelo Branco cresce a partir de 2011 e até 2015, mas em 2016 presenciou um decréscimo de 22 beneficiários.

A prestação de Desemprego é atribuída aos beneficiários desempregados para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego pelo indivíduo que tenha capacidade e disponibilidade para o trabalho e inscrito no centro de emprego.

Também esta prestação social foi afetada pelas medidas de contenção e austeridade assumidas no Memorando de Entendimento Sobre as Condicionalidades de Política Económica (MECPE) entre o Governo português e o Banco Central Europeu, União Europeia e Fundo Monetário Internacional. Não obstante o prazo de descontos obrigatórios para aceder ao subsídio de desemprego descer de 15 para 12 meses, facto que poderá alargar o número de pessoas que têm direito à prestação no MECPE (ponto 4.1), encontra-se delineada uma redução da duração do subsídio de desemprego, para um máximo de 18 meses, para os futuros desempregados. (Leite; Costa; Carvalho da Silva; Almeida, 2014).

No Gráfico 5 observamos o número de beneficiários com prestações de Desemprego (incluídos do subsídio de Desemprego, subsídio de Desemprego social inicial e subsequente, prolongamento de subsídio social de Desemprego e medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração).

Em todos os distritos em análise a evolução do número de beneficiários com as prestações de Desemprego teve o mesmo comportamento ora decrescente ora crescente. Em termos globais, os oito Centros Distritais reduziram o número de beneficiários com prestações de desemprego num total de 119.381 entre os anos de 2010 e 2016. O decréscimo do ano 2010 para 2011, o crescimento em 2012 e 2013 e novamente um decréscimo em 2014, 2015 e 2016, foram transversais a todos os Centros Distritais.

Gráfico 5- N.º de beneficiários com prestações de Desemprego por Centros Distritais e por ano de processamento entre 2010 a 2016

Fonte: www.seg-social.pt (contas da Segurança Social, anos de 2010 a 2016)

Da observação do Gráfico 6 constata-se que após a saída da *Troika*, em 2014, o número de beneficiários com prestações de Desemprego registou uma redução nos anos de 2015 e 2016, em todos os distritos em análise, podendo justificar-se pela retoma económica do país, com a criação de emprego e consequente redução do desemprego.

CONCLUSÃO

O direito à Segurança Social, estabelecido no art.º 63.º da Constituição da República Portuguesa, é concretizado através do sistema de Segurança Social consubstanciado nas sucessivas leis de bases que o foram ajustando à evolução social e económica nacional e internacional e da estrutura orgânico-funcional responsável pela sua implementação. Várias alterações e ajustamentos ao longo das décadas foram dando corpo ao sistema, refletindo as opções políticas e sociais dos sucessivos Governos. O Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), através dos Centros Distritais, é responsável pela execução das medidas necessárias ao desenvolvimento e gestão das prestações, das contribuições e da ação social.

A crise financeira, em Portugal, no período 2010-2013 e as medidas adotadas pelo Governo português e impostas pela União Europeia em consequência do plano de austeridade “forte”

com reformas estruturais, crescimento do desemprego e redução de salários, tendo em vista a redução da dívida pública.

Como resultado destas medidas, as condições de vida dos portugueses foram agravadas, com consequências em termos de aumento da pobreza e com reduções nas prestações sociais que serviam de estabilizadores económicos, tais como o Desemprego, o Rendimento Social de Inserção e o Abono de Família.

Da análise efetuada aos oito Centros Distritais em estudo (pertencentes ao grupo D) relativa à evolução do número de requerentes e processamento das prestações sociais de Abono de família, Rendimento Social de Inserção e Desemprego, verificou-se que:

Os Centros Distritais em análise têm vindo a assistir a reduções nos seus efetivos populacionais e ao envelhecimento das suas populações (em 5 anos, a perda global destes Centros Distritais foi superior a cento e dezassete mil e quinhentos indivíduos), mais acentuadas em Castelo Branco (decréscimo populacional de 18,9%);

O número de requerentes de Abono de Família no período em estudo sofreu um enorme decréscimo no período em análise, que variou entre os 26% e os 37%. A maior redução ocorreu na Guarda (37%), seguido de Viana do Castelo (35%); Castelo Branco e Vila Real (32%); Beja, Bragança e Évora (29%); Portalegre 26%). No entanto, esta redução foi mais abrupta de 2010 para 2011.

O número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção sofreu uma redução de cerca de 74.000 entre 2010 e 2016. Esta redução é generalizada a todos os Centros Distritais, sendo mais acentuada entre 2010 e 2011 e em Viana do Castelo.

A partir de 2011 e até 2015, seis dos oito Centros Distritais assistiram novamente a reduções no número de beneficiários com RSI, mas em 2015 e 2016, apenas dois desses Centros Distritais aumentaram o número de beneficiários com esta prestação (Bragança e Vila Real). No Centro Distrital de Castelo Branco verificou-se uma tendência diferente das restantes, na medida em que, depois de 2011, se assistiu sempre (com exceção do ano de 2015) a um aumento do número de beneficiários.

Do resultado da análise à prestação de Desemprego decorre que houve um decréscimo com o número de beneficiários desta prestação entre 2010 e 2011, durante a permanência da *Troika* e como consequência da crise, houve um crescimento em 2012 e 2013 e novamente um decréscimo em 2014, 2015 e 2016, por se vislumbrar já alguma retoma da economia do país, com a criação de emprego e consequente redução do desemprego.

Assim, pode-se concluir que as regras impostas pela *Troika* se fizeram sentir, na redução do número de beneficiários de prestações sociais a que se aliou o envelhecimento da população, a baixa taxa de natalidade e o aumento da emigração de pessoas mais jovens em busca de melhores condições de vida. O desemprego, sobretudo após a saída da *Troika*, em 2016, registou uma redução significativa do número de beneficiários desta prestação, com a consequente redução da taxa de desemprego, o que nos leva a rejeitar a hipótese de partida: as políticas de austeridade conduzem a um aumento no número de beneficiários das prestações sociais.

Entendemos que algumas das limitações desta análise se prendem com a delimitação da amostra considerada, pois deveria ser alargada a todos os 18 Centros distritais e não apenas aos do Grupo D (de menor dimensão). Seria interessante aprofundar a análise em termos de novos indicadores e diferentes prestações, considerando as realidades de cada Centro Distrital, uma vez que a localização geográfica e as características socio económicas têm interferência nas interpretações dos dados. No entanto, verificamos que as medidas impostas

pela *Governo* afetaram muitos portugueses e que as verdadeiras consequências não se fazem sentir apenas no curto prazo, os seus verdadeiros efeitos far-se-ão sentir a longo prazo.

BIBLIOGRAFIA

Caetano E. (2017). Os anos da troika. Portugal foi o único país a sair da crise com menos desigualdade. *O Observador*, 25/10/2017. Recuperado de <http://observador.pt>.

Caldas, J. (2013). *O impacto das medidas 'anti-crise' e a situação social e de emprego*. Comité Económico e Social Europeu. Comissão Europeia.

De Romanet (2012). *Portugal: as Consequências Dramáticas da Austeridade Imposta pela Troika*, Março. Recuperado de <http://www.cadtm.org/Portugal-as-Consequencias>.

Fernandes, D. (2016). As medidas de austeridade debaixo da Troika: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público. *Eikon journal on semiotics and culture*.

Governo de Portugal (2011). "Memorando da Troika", disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf, consultado em 31/01/2015.

Leite, J.; Costa, H.; Carvalho da Silva, M.; Almeida, J. (2014), "*Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho*", in Observatório sobre Crises e Alternativas (org.), *A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina/CES, 127-188.

Pato, M. (2011). *O Rendimento Social de Inserção: Instrumento facilitador da inserção?* / Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa). Recuperado de:

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3392/1/Disserata%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>

Perez S.; Matsaganis, M. (2017). The Political Economy of Austerity in Southern Europe. Recuperado de <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563467.2017.1370445?journalCode=cnpe20>.

Instituto de Segurança Social (2017). Contas da Segurança Social, anos de 2010 a 2016. (www.seg-social.pt)

Zartaloudis, S. (2014). The Impact of the Fiscal Crisis on Greek and Portuguese Welfare States: Retrenchment before the Catch-up?. *Social Policy & Administration*, 48(4): 430 - 449.

Legislação

Decreto regulamentar n.º 1/2006, de 25 de janeiro

Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de junho

Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro

Decreto-Lei n.º 115/98, de 4 de maio

Decreto-Lei n.º 119/99, de 14 de abril

Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro

Decreto-Lei n.º 120/98, de 8 de maio

Decreto-Lei n.º 132/88, de 20 de abril

Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de maio

Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio

Decreto-Lei n.º 140-D/86, de 14 de junho

Decreto-Lei n.º 141/89, de 28 de abril
Decreto-Lei n.º 141/91, de 10 de abril
Decreto-Lei n.º 143/88, de 22 de abril
Decreto-Lei n.º 146/2005, de 26 de agosto
Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de abril
Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de fevereiro
Decreto-Lei n.º 186-B/99, de 30 de maio
Decreto-Lei n.º 199/99, de 8 de junho
Decreto-Lei n.º 208/2001, de 27 de julho
Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro
Decreto-Lei n.º 236/92, de 27 de outubro
Decreto-Lei n.º 250/2001, de 21 de setembro
Decreto-Lei n.º 261/91, de 25 de julho
Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro
Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de novembro
Decreto-Lei n.º 29/89, de 23 de janeiro
Decreto-Lei n.º 30/89, de 24 de janeiro
Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de dezembro
Decreto-Lei n.º 326/93, de 25 de setembro
Decreto-Lei n.º 327/93, de 25 de setembro
Decreto-Lei n.º 328/93, de 25 de setembro
Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de setembro
Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de setembro
Decreto-Lei n.º 332-B/2000, de 30 de dezembro
Decreto-Lei n.º 333/95, de 23 de dezembro
Decreto-Lei n.º 347/98, de 9 de novembro
Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro
Decreto-Lei n.º 42/2006, de 23 de fevereiro
Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março
Decreto-Lei n.º 84/2003, de 24 de abril
Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de abril
Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 06 de outubro
Despacho Normativo n.º 12/98, de 13 de janeiro
Despacho Normativo n.º 28/2006, de 3 de maio
Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de novembro
Despachos Normativos n.º 96/89 e n.º 99/89, de 11 de setembro
Lei n.º 1884, de 16 de março de 1935
Lei n.º 13/2003, de 21 de maio
Lei n.º 17/2000, de 8 de agosto
Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho

Lei n.º 2/93, de 6 de janeiro

Lei n.º 28/84, de 14 de agosto

Lei n.º 32/2002, de 20 de dezembro

Lei n.º 327/2000, de 22 de dezembro

Lei n.º 9/98, de 18 de fevereiro

Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto

Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro

Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio

Portaria n.º 426/2006, de 2 de maio

Portaria n.º 432/2006, de 3 de maio

Portaria n.º 470/90, de 23 de junho

Portaria n.º 869/2006, de 29 de agosto

Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2002, de 22 de março